timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 142 NOVEMBRO 1997

INTRA-TIMORENSE: GANHAR ESPAÇO

Dezoito meses depois, a "parte timorense" voltou a encontrar-se, à procura de um espaço de intervenção livre de tutelas.

Decorreu na Áustria, no Castelo de Krumbach, entre os dias 20 e 23 de Outubro último, o 3º Encontro Intra-timorense que reuniu 34 personalidades da vida política e social timorense.

NOVAS PRESENÇAS

As Nações Unidas tinham enviado para este encontro 35 convites, dos quais 7 a novos participantes. Dos convidados só não compareceu o Bispo de Baucau, D.Basílio do Nascimento, por razões, segundo disse, de ordem religiosa. Dos que estiveram presentes, 16 vivem na diáspora enquanto 18 vieram de Timor Leste e da Indonésia.

O encontro contou também, e pela primeira vez, com a presença do embaixador Jamsheed Marker, representante pessoal do Secretário Geral da ONU Kofi Annan para o problema de Timor Leste, o que deu um outro estatuto à reunião e permitiu criar algumas barreiras às intromissões ostensivas por parte das autoridades indonésias, através da sua embaixada em Viena, como aconteceu no passado.

Mas houve outras alterações.

A destacar, o aumento da presença feminina que passou de uma para três participantes - o que continua a ser um número irrisório face ao papel desempenhado pelas mulheres na luta de libertação do povo timorense. Uma dessas novas caras foi Isabel Galhos, uma brilhante estudante numa universidade indonésia que aproveitou um estágio no Canadá oferecido pelo governo de Jacarta para pedir asilo político naquele país do continente americano.

Das restantes novas presenças, e tanto quanto é conhecido cá fora, há a salientar a de Hélder Costa, responsável pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Timor Leste que estudou e estagiou na Nova Zelândia, e a de Arlindo Marçal, coordenador da Igreja Protestante de Timor Leste e do qual apresentámos uma entrevista na edição de Outubro deste boletim.

Embora não fosse uma figura nova, já que participou no primeiro destes encontros, importa sublinhar a presença do Bispo Belo, sem dúvida a personalidade com maior peso mediador entre os participantes, agora com a sua autoridade reforçada pela atribuição do Prémio Nobel da Paz.

A AGENDA PROPOSTA

No seu discurso de abertura, o embaixador Marker fixou aos participantes aquilo que a comunidade internacional - e, mais particularmente, as reuniões tripartidas Portugal/ Indonésia/ONU - esperava deles.

Depois de lembrar que, de acordo com o «*adoptado na 5ª ronda das conversações entre Ministros tida em Janeiro de 1995*», o estatuto político do território não devia ser abordado, o embaixador transmitiu as expectativas existentes quanto ao contributo do Intra-timorense para o futuro Centro Cultural de Díli (CC), uma proposta saída do encontro anterior que transitara para as reuniões inter-ministeriais que, depois de dar o seu acordo, a devolveu à instância de origem - nomeadamente na definição dos objectivos, da estrutura organizativa, do financiamento e da presença da língua e cultura portuguesas.

O embaixador Marker lembrou ainda que lhe tinha sido pedido para transmitir a disponibilidade do governo português para apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos em Timor Leste, segundo modalidades ainda por definir.

neste número:

INTRA-TIMORENSE:GANHAR ESPAÇO

INDONÉSIA:INCÊNDIOS FLORESTAIS

«*Como podem ver*, concluiu o representante especial do SG, *as propostas dos Encontros Intra-timorenses recebem a devida atenção dos dois governos. É claro que desejam depositar nos timorenses a principal responsabilidade na implantação destas ideias.*»

DIREITOS HUMANOS: O CONSENSO BÁSICO

Tanto quanto veio a público - e como era previsível - não foi fácil chegar a compromissos em torno da agenda apresentada pelo embaixador Marker.

Se os objectivos centrais do futuro Centro - «*preservar, estudar, promover e disseminar a cultura e identidade do povo timorense*» - foi uma questão pacífica, o mesmo já não aconteceu com os outros pontos.

A Resistência propôs como sede do CC a cidade de Paris, visto aí se encontrar sediada a UNESCO - com a qual o Centro, na sua óptica, deveria trabalhar em estreita colaboração - com o seu Conselho Directivo dividido entre esta cidade e Díli (um terço na primeira, os restantes dois terços na capital de Timor). Mas os defensores públicos das posições pró-indonésias, com Lopes da Cruz à cabeça, opuseram-se-lhe e contra-propuseram Díli como sede única do CC, com todos os seus directores residentes em Timor Leste.

O problema político subjacente a esta discussão é o de saber qual o quadro legal a que o CC deverá ficar sujeito: a lei indonésia ou o direito internacional.

Outro ponto que ficou em aberto foi o da estrutura organizativa e da sua composição. Na ausência de consenso foi constituido um Conselho Fundador formado por todos os participantes no encontro, ficando a nomeação do Conselho de Gestão pelo Intra-timorense para mais tarde.

Apesar destas dificuldades, foi possível chegar na Declaração Final a um consenso básico, em torno do respeito dos direitos humanos. Aí, os participantes expressaram «*a sua profunda preocupação pela escalada de violência no território*» e comprometeram-se «*a tudo fazer, dentro das suas capacidades, para uma paz definitiva*», reafirmando «*a urgente necessidade de implantação de medidas adequadas para a promoção e protecção dos direitos humanos, em geral, e a protecção e promoção dos direitos das mulheres, das crianças e dos jovens, em particular.*»

Conforme disse Inês Almeida, uma das participantes desde o início, no seu balanço do encontro, o «*debate foi particularmente importante porque, depois de dois Encontros Intra-timorenses, esta foi a primeira vez que os participantes discutiram abertamente ideias práticas.*» (*reg.easttimor*, 3/11/97).

ROMPER O CERCO

Ao trazer para cima da mesa do encontro documentos que são a expressão dos sentimentos e do pensamento de protagonistas, directos e indirectos, da luta de libertação e vivendo em Timor Leste, os participantes (ou melhor, uma parte deles) ajudaram a romper o círculo em que o regime indonésio pretende fechar os Intra-timorenses.

Quatro documentos foram apresentados e entregues ao embaixador Marker:

- uma carta assinada pelo Comandante Nino Konis Santana, onde o dirigente máximo da Resistência no interior do território volta a sublinhar que nada pode justificar a recusa ao povo timorense de exercer o seu direito à autodeterminação, pois este é um direito inalienável inerente à dignidade humana e à natureza dos povos. «*Rejeitamos (...) qualquer estatuto de autonomia sob a soberania indonésia.*». Timor Leste será «*custe o custar*» entregue «*livre, independente e soberano*» à «*geração vindoura*», escreveu Konis Santana.

- um documento enviado por membros do IMPETTU, uma organização de enquadramento da juventude timorense, uma homóloga da defunta Mocidade Portuguesa, em que os signatários manifestam «*o seu mais profundo desapontamento pela ausência de implantação dos pontos acordados*» nos anteriores encontros. Pedem a participação de Xanana Gusmão nos próximos Intra-timorenses, a abolição dos grupos para-militares «*que levam a cabo políticas de terror, de intimidação da população timorense*», e defendem a abertura no território «*de escritórios de organizações dos direitos humanos independentes*» e «*a participação de representantes dos jovens e estudantes de Timor Leste nos Encontros*».

- uma "Declaração Política" assinada por uma dúzia de personalidades timorenses, antigos apoiantes da integração de Timor Leste na Indonésia, que ocuparam em tempos lugares de relevo na máquina política e administrativa indonésia, entre os quais se destacam os nomes de Manuel Carrascalão e de Maria Quintão. Nessa Declaração, uma surpresa para a maioria dos presentes, afirmam rejeitar «*os princípios estabelecidos pelo governo indonésio (...)* [para impedir] *os participantes de discutir o problema central, o estatuto político de Timor Leste.*» E acrescentam: «*(...) o povo timorense quer a liberdade e a independência sem a dominação de forças estrangeiras*».

- um documento subscrito por cerca de 200 leigos católicos timorenses - lido pelo Bispo Belo - onde estes defendem a libertação de todos os presos políticos e a desmilitarização da sociedade e fazem um veemente apelo à unidade dos timorenses - e em particular dos que se reivindicam do estatuto de dirigentes - no território e na diáspora.

Qualquer destes documentos é um desafio, aberto ou velado, à continuação da presença colonial indonésia em Timor Leste. E explica os esforços do regime de ocupação em tentar isolar, em fechar, os Encontros Intra-timorenses.

LIBERTAR-SE DE TUTELAS

O pragmatismo ocidental tem dificuldades em compreender (e aceitar) os códigos de construção de outras culturas. Se para nós, o passar o nome do território de Timor Leste para Timor Lorosae "são tremoços" quando comparado com a enormidade das tarefas que caiem sobre os ombros da "parte timorense", para os próprios foi um pequeno, mas significativo, passo na construção de uma plataforma de cumplicidades que pode - e se deseja - desembocar numa plataforma de afirmação política, livre de tutelas.

Romper a nova "campanha de cerco e aniquilamento" indonésia continuará assim a ser, ainda por muito tempo, um objectivo principal subjacente à prática dos encontros.

Mas para o reforço do estatuto dos Intra-timorenses há que tornar regular a sua realização. Assim como garantir a estabilidade das presenças. Esperar novamente 18 meses por novo encontro, ou assistir a novas entradas/saídas que não acrescentam valor político aos mesmos e representam apenas tentativas de compromisso/ cedência com o regime indonésio, é coartar a possibilidade dos Intra-timorenses ganharem dinâmica própria, de se tornarem um factor realmente contributivo para a procura de uma solução para o problema.

FLORESTAS: A LESTE DO PARAÍSO

Os fogos florestais na Indonésia vieram pôr a nu as consequências das políticas de "desenvolvimento" selvagens.

Durante anos, ambientalistas de todo o Mundo têm tentado, junto dos governos do Sueste Asiático, salvar as ainda vastas regiões de florestas equatoriais daquela região. Em resposta, estes governos têm afirmado que, se os ocidentais estão tão preocupadas com essas florestas, então eles deverão pagar os encargos da sua conservação. Acusam-nos de, depois de terem destruido a quase totalidade das suas florestas quererem agora, em nome do equilíbrio ecológico, evitar a destruição dessas manchas florestais, entravando os «*planos de desenvolvimento*» adoptados pelos países do Sueste Asiático.

A NATUREZA ALTERA O JOGO

Esta argumentação serviu, em especial à Indonésia, para menosprezar os prejuízos decorrentes dos fogos florestais ateados este ano pelos madeireiros e agricultores durante a estação seca, de forma a "limparem" terrenos, particularmente nas ilhas de Sumatra e Bornéu.

Nos anos anteriores, as imensas nuvens de fumo geradas por esses fogos dissipavam-se com alguma celeridade, sendo que a Indonésia e os seus vizinhos desvalorizavam, ou mesmo ignoravam, as perdas ecológicas e as emissões de gazes poluentes para a atmosfera.

No entanto, este ano, a Natureza tratou de "baralhar o jogo". Um atraso na chegada das chuvas das monções, aliado ao facto de na Indonésia se verificar um período de seca anormal, permitiram que os fogos ateados se espalhassem livremente por cerca de 600.000 hectares (segundo dados do *WWF, World Wild Fund*), onde se incluem alguns santuários ecológicos. Libertou-se, em consequência, um gigantesco manto de fumo que cobriu vastas áreas da Malásia e Singapura, para além do arquipélago indonésio. Os prejuízos económicos em domínios como o turismo e a agricultura, associados às perdas ecológicas, foram enormes tendo o *WWF* classificado esta ocorrência de «*desastre planetário*» (*Asiaweek*, 10/10/97).

AZEDUME ASIÁTICO

A resposta do governo indonésio foi «*lenta, pontual e incompetente*», tendo esta actuação sido alvo de críticas por parte das autoridades dos países vizinhos. Perante os elevadíssimos níveis de poluição que se geraram em Setembro passado, a Malásia e Singapura chegaram mesmo a declarar o "estado de emergência".

Descontentes com toda esta situação, ambientalistas indonésios denunciaram as fortes ligações existentes entre o governo de Suharto e os grandes grupos económicos que dominam a indústria da pasta de papel, que alegadamente têm tido um papel de patrocinadores das acções de desflorestação da região que contribuiram para a presente catástrofe.

É o governo indonésio que atribui as concessões de exploração às fortes indústrias do óleo de palma, da madeira e da pasta de papel. De acordo com informações de um alto quadro da Ministério do Ambiente indonésio, "«*eles* [os industriais] *usam o fogo para a limpeza dos terrenos porque é a forma mais barata*» (*Business Week*, Outubro de 1997).

Responsáveis por esta situação são também os transmigrantes provenientes de áreas densamente povoadas, como Java, integrados em programas apoiados pelo governo central, que se fixaram naquelas partes da Indonésia, onde aplicam práticas de queima descontrolada para a limpeza dos terrenos, de forma a torná-los utilizáveis para a agricultura.

No início de Outubro, embaraçados pela escalada dos incêndios, o governo indonésio e o próprio presidente Suharto foram obrigados a vir a público pedir desculpas pela situação, tendo anunciado a realização de investigações quanto ao eventual papel desempenhado por algumas dezenas de empresas do sector florestal. No entanto, homens de confiança do governo, como o presidente da Associação das Empresas Indonésias da Indústria de Madeira, acusaram os agricultores e os ambientalistas de mancharem a imagem de muitas empresas do sector florestal indonésio.

BALANÇO DE UMA TRAGÉDIA

Enquanto os intervenientes indonésios se acusavam mutuamente da origem dos incêndios, o balanço deste desastre humano, económico e ambiental mostrava-se trágico.

Só na 1ª semana de Outubro, 4 indonésios morreram em consequência directa dos fumos libertados, tendo a saúde de centenas de milhar de outros sido afectada. À volta do Sueste Asiático, mais de 50.000 pessoas procuraram tratamento para várias complicações, particularmente respiratórias.

A libertação gigantesca de fumos foi igualmente apontada como causa do desastre aéreo de 26 de Setembro com um avião da *Garuda Airlines* (linhas aéreas indonésias). Morreram, em consequência, as 234 pessoas que iam a bordo, o que equivale ao maior desastre aéreo indonésio. Uma hora depois, um petroleiro de grande tonelagem e um barco de carga indiano colidiram no estreito de Malaca, tendo morrido afogadas 29 pessoas. Há ainda a acrescentar o encerramento de aeroportos na Indonésia, Singapura e Malásia, com grandes prejuízos para o turismo.

Receia-se que toda a região do Sueste Asiático vá sofrer, ainda por muitos anos, das enormes perdas agora verificadas que extravasam em muito a Indonésia. São difíceis de contabilizar os estragos ao nível dos frágeis ecossistemas existentes na região. É que, acima de tudo, este desastre mostrou quão perigoso é confiar num "desenvolvimento" que privilegia exclusivamente o lucro. A Natureza tratou de questionar esta prática e importa agora repensar todo um conjunto de políticas de investimento antes que seja tarde de mais.

Com a chegada tardia das monções, os fogos foram finalmente controlados e o mais certo é que o governo indonésio tenda a esquecer o desastre.

BRASIL: MANIFESTO PAULISTA

Representantes de todos os partidos (12) do Parlamento de S. Paulo, organizados numa "Frente Parlamentar Paulista pela Independência do Timor Leste", publicaram pela 1ª vez um manifesto em que «*assumem uma postura ativa diante da injusta, violenta e ilegítima dominação do Timor Leste pelas tropas indonésias*».

Esclarece ainda que «*falamos a mesma língua que os nossos irmãos timorenses e não admitimos que o povo timorense seja proibido de falar nosso idioma, tido como subversivo pelo dominador*».

«*Temos consciência de que somos representantes democraticamente eleitos pelo povo, no maior Estado do maior país de língua portuguesa. (...) Usaremos nossa força, junto do Itamaraty* [sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros brasileiro], *pela liberdade e independência dos nossos irmãos do Timor Leste*».

INDONÉSIA: CONGRESSO SUSPENSO ...

No passado dia 19 de Setembro, forças de segurança indonésias detiveram 9 activistas sindicais, 2 sindicalistas australianos e 2 jornalistas holandeses, quando interromperam os trabalhos do Congresso do sindicato independente indonésio, SBSI.

O SBSI decidiu avançar para este congresso em circunstâncias difíceis. O seu secretário e fundador, o advogado Mochtar Pakpahan, encontra-se preso e a ser julgado sob a acusação de subversão (ver notícia seguinte).

Compareceram delegações de 87 localidades indonésias o que, tendo em conta que o simples facto de ser membro do SBSI é motivo de despedimento, é um facto bem representativo da coragem dos activistas sindicais indonésios. Igualmente presentes, representantes de federações de sindicatos da Austrália, Canadá, Holanda, Malásia e Filipinas, bem como elementos de missões diplomáticas sediadas em Jacarta.

... E JULGAMENTO ADIADO

De acordo com a imprensa indonésia, a figura carismática do sindicalismo independente indonésio, Mochtar Pakpahan, viu o seu julgamento ser suspenso no passado dia 9 de Outubro «*quando o arguido se mostrou incapaz de continuar o mesmo, em virtude do seu estado de saúde débil*» (*Media Indonesia*, 10/10/97).

Segundo o relato deste jornal Mochtar «*teve um colapso quando uma testemunha, de nome Tumpal, estava a ser questionada sobre o livro* Portrait of Indonesia, *publicado em 1996, cujo autor é o próprio arguido. O autor afirma no referido livro que se devia levar a cabo um referendo em Timor Leste, para determinar se o povo quer a integração ou a independência. Estes comentários acerca de Timor Leste têm sido o tema principal, no decorrer das audiências*».

Recorde-se que este dirigente sindical foi preso na sequência dos confrontos violentos entre as forças de segurança e populares quando as primeiras desocuparam a sede do PDI (Partido Democrático Indonésio), então nas mãos de simpatizantes de Megawati Sukarnoputri que um Congresso patrocinado por membros do governo tinha demitido da direcção daquele partido.

Durante o processo, a saúde de Pakpahan tem-se deteriorado de forma acelerada, tendo inclusive pedido por várias vezes autorização para se deslocar ao estrangeiro para tratamento, o que as autoridades têm sistematicamente recusado.

A situação deste popular sindicalista tem vindo a ser acompanhada pelo movimento sindical internacional, que tem manifestado junto do governo de Jacarta a sua indignação pela ausência de liberdade sindical na Indonésia, movimento de protesto a que se tem associado a CGTP.

ÁFRICA DO SUL: MOÇÃO SINDICAL

A COSATU, uma das mais importantes centrais sindicais da África do Sul, com uma longa tradição de luta contra o *apartheid*, aprovou, no decurso do seu 6º Congresso Nacional realizado em Setembro passado, uma resolução onde expressa o seu apoio «*à intervenção do presidente Mandela de forma a assegurar a independência de Timor Leste*». Apela ainda à «*denúncia da (...) continuada violação dos Direitos Humanos, infligida contra os sindicatos e o povo amante da liberdade na Indonésia*» e à organização de «*manifestações durante a visita à África do Sul, do ditador indonésio Suharto, de forma a levantar as questões da independência de Timor Leste e a continuada repressão na Indonésia*».

PORTUGAL: GLOBALIZAÇÕES

Por iniciativa da União dos Sindicatos de Portalegre, com a colaboração da CDPM, realizou-se no passado dia 11 de Outubro naquela cidade do Alto Alentejo, um debate sobre as implicações da internacionalização do capital na luta de libertação do povo timorense.

Foi abordada a situação dos direitos laborais na Indonésia e no Sueste Asiático e as suas consequências para os trabalhadores dos países industrializados.

Sem nunca ter sido referida explicitamente, estava na mente de todos, no entanto, o recente caso da *Hoescht*, com uma fábrica em Portalegre, comprada por um grupo indonésio.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 3172860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317